

## TEXTOS

( Sugestões para seminários )

## A QUEDA DO IMPÉRIO

( Euclides da Cunha )

A propaganda republicana ( evitamos descrevê-la, inaptos para sintetizá-la, em meia dúzia de linhas, com o inconveniente de citar-lhe os protagonistas, na maioria ainda vivos ) fazia-se por si mesma. Atribuir-lhe o sucesso feliz à palavra dos tribunos, ao jornalismo doutrinário ou agitador, ao entusiasmo de uma mocidade robusta, à indisciplina militar, e por fim ao levante de um exército que, como o de 7 de abril, nada mais que a ordenança passiva da nação em marcha equivale a atribuir a maré montante às vagas impetuosas que ela alteia.

Porque, na realidade, o que houve foi a transfiguração de uma sociedade em que penetrava pela primeira vez o impulso tonificador da filosofia contemporânea. E esta, certo, não a vamos buscar nesse tão malsinado e incompreendido positivismo, que aí está sem a influência que se lhe empresta, imóvel, cristalizado na alma profundamente religiosa e incorruptível de Teixeira Mendes.

As novas correntes, forças conjugadas de todos os princípios e de todas as escolas — do comtismo ortodoxo ao positivismo desafogado de Littré, das conclusões restritas de Darwin às generalizações ousadas de Spencer —, o que nos trouxeram, de fato, não foram os seus princípios abstratos, ou leis incompreensíveis à grande maioria, mas as grandes conquistas liberais do nosso século; e estas compondo-se com uma aspiração antiga e não encontrando em nós arraigadas tradições monárquicas, removeram, naturalmente, sem ruído, no espaço de uma manhã, um trono que encontraram...

Este abalara-se de há muito. O nobre espírito do homem que o ocupava com a sua preocupação absorvente de perquirir ansiosamente as coisas da ciência com o seu anelar o título de filósofo, com ansias pela camaradagem nobilitadora dos pensadores de seu tempo, a sua indiferença superior pela força organizada, que lhe escorava o Império, com o estimular os decretos liberadores; que lhe destruíram o apoio da propriedade territorial — tornou-se no termo da vida o exemplo vivo da transmutação de seu próprio país.

É natural que fosse o seu último ministério conservador que realizasse, a 13 de maio de 1888, a mais alta das reformas liberais; e fosse o

seu último ministério liberal que planeasse reviver as energias conservadoras das tradições monárquicas desfalecidas.

Não tinham mais significação os nomes dos partidos. Existiam pela força da inércia. Tendo-se prendido ao curso irreprimível da propaganda abolicionista, iniciada ativamente em 1884, a Monarquia obtivera uma estabilidade momentânea, porque ia derivando ao som da correnteza democrática.

De sorte que, em 1889, quando o seu último ministério liberal tentou a última reação conservadora, ela caiu — porque não podia mais parar. O Terceiro Reinado, esteado na esplêndida envergadura do Visconde de Ouro Preto, lançou-se como uma represa na torrente. Foi o que se viu a 15 de novembro de 1889: uma parada repentina e uma sublevação; um movimento refreado de golpe e transformando-se, por um princípio universal, em força; e o desfecho feliz de uma revolta. Porque a revolução já estava feita.

(Da Independência à República, em *A Margem da História*, pp. 366 a 369, 2ª ed., Porto, Lello & Irmão, 1909.)

\*

## OS 14 PRINCÍPIOS DO PRESIDENTE WILSON

(...) Por conseguinte, o que pedimos nesta guerra não é nada de particular para nós. É que o mundo se torne seguro e nele seja possível viver e, especialmente, que seja assegurado a cada nação, amante da paz que, como a nossa, deseja viver sua própria vida, determinar suas próprias instituições e esteja garantida tanto quanto à justiça e lealdade dos outros povos do mundo como contra a força e a agressão egoístas.

Todos os povos do mundo estão, com efeito, solidários nesse interesse e, de nossa parte, vemos muito claramente que, a menos que seja feita justiça aos outros, ela não será feita. O programa da paz mundial, portanto, é o nosso programa; e este programa, único programa possível, como o entendemos, é o seguinte:

1 — Convenções de paz abertas, abertamente concluídas, depois das quais não haverá acordos internacionais privados de espécie alguma senão que a diplomacia procederá sempre francamente e no interesse público.

2 — Absoluta liberdade de navegação nos mares, fora das águas territoriais, tanto na paz como na guerra, salvo quando os mares possam ser total ou parcialmente fechados por uma ação internacional visando à execução de acordos internacionais.